

**DA BASE LEGAL À PRÁTICA COTIDIANA: O QUE INDICAM AS PESQUISAS
RELACIONADAS À INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR**

**DE LA BASE JURÍDICA A LA PRÁCTICA COTIDIANA: LO QUE INDICAN LAS
INVESTIGACIONES SOBRE LA INCLUSIÓN EN LA ENSEÑANZA SUPERIOR**

**FROM LEGAL FRAMEWORK TO DAILY PRACTICE: WHAT RESEARCH
INDICATES ABOUT INCLUSION IN HIGHER EDUCATION**



Shirlei de Souza CORRÊA¹
e-mail: shirleiscorrea@hotmail.com



Diego André BRIDI²
e-mail: dbridi@gmail.com



Caroline Neris BRIDI³
e-mail: caroline.neris@uniarp.edu.br



Marcio ZANCANARO⁴
e-mail: márcio.zancanaro@sc.senac.br

Como referenciar este artigo:

CORRÊA, S. de S.; BRIDI, D. A.; BRIDI, C. N.; ZANCANARO, M. Da base legal à prática cotidiana: o que indicam as pesquisas relacionadas à inclusão no ensino superior. **Nuances: Estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, v. 35, n. 00, e024010, 2024. e-ISSN: 2236-0441. DOI: <https://doi.org/10.32930/nuances.v35i00.10620>



| Submetido em: 30/04/2024
| Revisões requeridas em: 15/06/2024
| Aprovado em: 10/07/2024
| Publicado em: 30/08/2024

Editores: Profa. Dra. Rosiane de Fátima Ponce
Prof. Dr. Paulo César de Almeida Raboni
Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Centro Universitário de Brusque (UNIFEBE), Brusque – SC – Brasil. Doutora em Educação – UNIVALI – Itajaí – SC. Docente no Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE.

² Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), Caçador – SC – Brasil. Doutorando em Educação Básica. Docente nos cursos de Educação Física e Letras na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

³ Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), Caçador – SC – Brasil. Mestra em Desenvolvimento e Sociedade – UNIARP. Docente do curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

⁴ Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Joaçaba – SC – Brasil. Mestre em Desenvolvimento e Sociedade. Diretor do SENAC Joaçaba.

RESUMO: Este artigo apresenta um estudo do tipo Estado do Conhecimento sobre processos de inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior, e tem o objetivo de mapear as produções científicas que tenham centralidade nessa temática. O estudo foi realizado com textos do tipo artigo científico publicados em uma base de dados nos últimos cinco anos, considerando as principais legislações que englobam a temática datam a partir de 2015. Compreendemos que os direitos sociais e educacionais de pessoas com deficiência têm ganhado representatividade no cenário nacional, sobretudo a partir do conjunto de políticas públicas. No entanto, a análise dos textos indica recente tradição nos estudos nessa área. Embora haja evolução das discussões conceituais e teóricas, algumas problemáticas ainda fazem parte do cotidiano, como a falta de formação de professores para atuarem nesse processo inclusivo, bem como a necessidade de espaços que garantam a prática da intervenção psicopedagógica no ensino superior.

PALAVRAS-CHAVE: Educação especial. Inclusão. Ensino superior.

***RESUMEN:** Este artículo presenta un estudio de tipo Estado del Conocimiento sobre los procesos de inclusión de personas con discapacidad en la educación superior, con el objetivo de mapear las producciones científicas centradas en esta temática. El estudio se realizó utilizando artículos científicos publicados en una base de datos en los últimos cinco años, considerando las principales legislaciones que abordan esta temática desde 2015. Entendemos que los derechos sociales y educativos de las personas con discapacidad han ganado representatividad en el escenario nacional, especialmente a partir del conjunto de políticas públicas. Sin embargo, el análisis de los textos indica una tradición reciente en los estudios en esta área. Aunque ha habido una evolución en las discusiones conceptuales y teóricas, algunas problemáticas aún forman parte del día a día, como la falta de formación de docentes para actuar en este proceso inclusivo, así como la necesidad de espacios que garanticen la práctica de la intervención psicopedagógica en la educación superior.*

PALABRAS CLAVE: Educación especial. Inclusión. Educación superior.

***ABSTRACT:** This article presents a Knowledge State study on the inclusion processes of people with disabilities in higher education, aiming to map the scientific productions that focus on this theme. The study was conducted with scientific articles published in a database over the past five years, considering the main legislation related to this theme, dating back to 2015. We understand that the social and educational rights of people with disabilities have gained prominence in the national context, especially through public policies. However, the analysis of the texts indicates a recent tradition in studies in this area. Although there has been progress in conceptual and theoretical discussions, certain issues still persist, such as the lack of teacher training for this inclusive process and the need for spaces that ensure the practice of psychopedagogical intervention in higher education.*

KEYWORDS: Special Education. Inclusion. Higher Education.

Introdução

Este estudo atende o objetivo de mapear as produções científicas relacionadas aos processos de inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior nos últimos cinco anos, consubstanciadas nas inovações legais inclusivas que datam a partir de 2015 e, conseqüentemente, perpassa período de adaptação dos pesquisadores e das instituições de ensino. A análise das produções pretende analisar como essas práticas de inclusão são evidenciadas nas instituições de ensino superior.

A partir da década de 1990, com ênfase no direito fundamental à igualdade para todo cidadão brasileiro, sem quaisquer distinções prevista na Carta Magna (Brasil, 1988), os direitos sociais e educacionais de pessoas com deficiência têm ganhado representatividade no cenário nacional e internacional. Especificamente no Brasil, legislações, políticas públicas e programas foram criados para atender as demandas sociais vinculadas a essa temática. Principalmente a partir da Declaração de Salamanca em 1994 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, que essas discussões se constituíram enquanto políticas públicas. Com relação à inclusão dos alunos com deficiência no ensino superior, essa ação é ainda mais recente e se baseia em considerações propostas por diferentes legislações, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008 e, recentemente, a Lei Brasileira de Inclusão, de 2015.

Com base nesse aporte legal, este é um estudo qualitativo e tem como base a organização de um Estado do Conhecimento, realizado a partir da análise de textos do tipo artigo científico disponibilizados na base de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online). Essa escolha se justifica, pois, esse processo metodológico permite revisitar caminhos percorridos pelos pesquisadores, integrar resultados, apontar possibilidades de novas investigações, favorecendo a democratização do conhecimento e o diálogo entre diferentes campos do saber (Silva; Souza; Vasconcellos, 2020).

O texto é apresentado, a contar deste elemento introdutório, com o percurso metodológico que norteou esse estudo. Em seguida, é apresentada a análise das produções acadêmicas que evidenciam a temática, divididas em duas categorias, a saber: a primeira com o propósito de apresentar discussões ligadas à educação especial e as bases conceituais e legais. E a segunda categoria com o propósito de discutir os textos que trazem contribuições sobre os elementos da prática cotidiana e dividem experiências relacionadas à inclusão de alunos com deficiência no ensino superior.

Percurso metodológico

Inicialmente, ao preparar os objetivos e ações a serem executadas neste estudo, pensamos na realização de uma pesquisa do tipo Estado da Arte. Compreendemos que é uma modalidade bibliográfica comumente encontrada no meio acadêmico, caracterizada por sua abordagem específica e critérios distintos de elaboração e desenvolvimento. E tem como propósito mapear e analisar as produções científicas em um campo específico de conhecimento, realizando uma imersão crítico-reflexiva para identificar aspectos e dimensões destacados em determinado período e contexto. Para a realização das pesquisas denominadas Estado da Arte utilizam-se procedimentos descritivos para examinar dissertações, teses, publicações em periódicos, apresentações em eventos acadêmicos e outras formas de publicações (Santos; Santos; Serique; Lima, 2020, p. 202).

Nesse sentido, buscamos repensar as opções metodológicas e chegamos à opção de elaborar ao invés de um Estado da Arte, um Estado do Conhecimento. Baseados em Silva, Souza e Vasconcellos (2020), entendemos que essa é uma metodologia mais restrita, e que pode ser utilizada para organizar um setor específico das publicações sobre um determinado tema. Cabe ressaltar que, embora alguns autores compreendam que Estado da Arte e Estado do conhecimento podem ser englobadas na mesma categoria, com similaridades, entendemos diferenças entre essas metodologias. Principalmente quando assumimos que, ao elaborar uma pesquisa,

[...] um primeiro passo a ser dado é elaborar um “Estado do Conhecimento” na área selecionada, uma revisão crítica da literatura específica, com a identificação dos aspectos que têm sido valorizados e os referenciais teóricos que vêm subsidiando as pesquisas nos últimos anos (Silva; Souza; Vasconcellos, 2020, p. 4).

Reconhecendo as características metodológicas e o potencial crítico e reflexivo desse tipo de estudo, buscamos organizar um Estado do Conhecimento sobre inclusão no ensino superior, e nossa intenção esteve pautada para além do mapeamento, mas também na análise das produções, o que demanda um olhar panorâmico do pesquisador, visando a elaboração de um diagnóstico detalhado do estado da pesquisa sobre o tema em questão dentro do recorte cronológico adotado. Reconhecendo, portanto, a possibilidade de ressignificação e possíveis contribuições para o campo da Educação.

Em relação ao recorte cronológico adotado, é importante observar que a escolha dos últimos cinco anos (com término em 2023) se baseou na relevância das alterações legais significativas ocorridas após 2015, incluindo a Lei da Inclusão, questões de acessibilidade e

adequação digital, além da atenção ao acadêmico com deficiência (2017). A abordagem abrangente utilizada não poderia se basear em legislação anterior a essas mudanças, nem ser tão recente a ponto de não refletir o impacto dessas novas normativas, considerando a possível escassez de conteúdos relevantes.

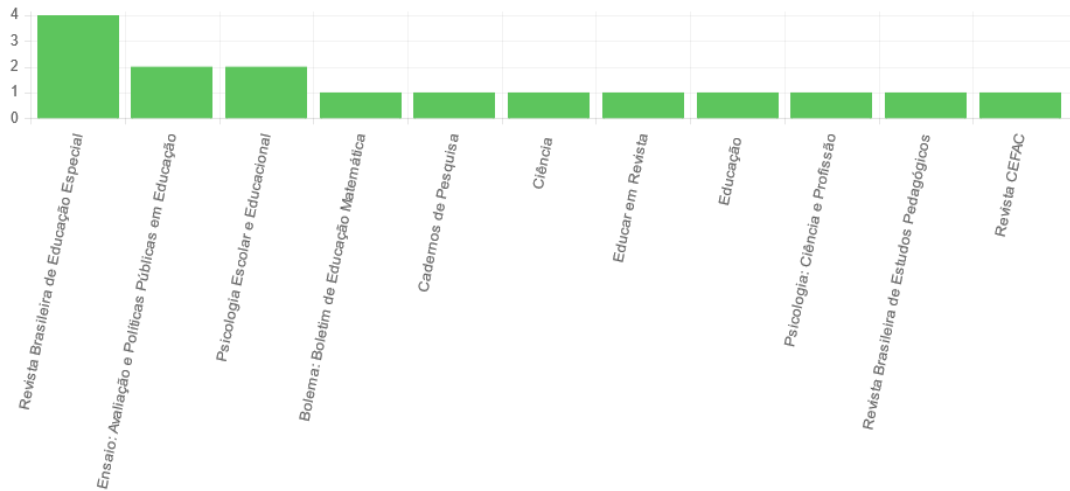
A opção por buscar textos do tipo artigos científicos se deve à sua natureza dinâmica e democrática, permitindo a disseminação rápida de pesquisas, dados e experiências no contexto em questão. O recorte temporal compreende os anos de 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023. Optou-se por excluir o ano de 2024 desse recorte para evitar possíveis prejuízos à busca, uma vez que a análise foi realizada no primeiro trimestre do ano corrente e novas publicações poderiam ainda ser adicionadas à plataforma analisada.

Como fonte de levantamento de informações, elegemos a base de dados SciELO, por acreditar que essa é uma plataforma que agrega pesquisas potencializadoras e embasadas em discussão metodológica e cientificamente coerentes. Essa plataforma condensa diferentes tipos de textos, como resumos, ensaios, resenhas e artigos científicos que são licenciados e vinculados a múltiplos periódicos que atendem a diversas áreas.

Considerando que essa abordagem proporciona uma visão abrangente e aprofundada do que está sendo estudado em um determinado campo do conhecimento, iniciamos a busca pelos artigos científicos utilizando a terminologia “inclusão no ensino superior” e nessa seleção percebemos que muitos artigos que não tinham relação com a educação inclusiva, pois alguns tratavam da inclusão das camadas populares diante do processo de democratização e expansão do ensino superior, por exemplo. Assim, por sugestão da própria plataforma na seção “Como melhorar sua busca”, utilizamos o termo “ensino superior” agregado ao operador booleano “and” e mais o termo “inclusão de alunos com deficiência”.

Diante desse caminho de busca, selecionamos 18 artigos científicos. A partir da leitura dessas produções, percebemos que desses, dois não se encaixavam no objetivo deste estudo e por essa razão optamos em excluir esses artigos da nossa análise. O que resultou em 16 artigos a serem analisados, sendo 15 deles escritos e publicados em língua portuguesa, e um publicado na língua inglesa. O gráfico 1 indica o nome dos periódicos onde os artigos científicos foram publicados, destacando-se a Revista Brasileira de Educação Especial com o maior número de publicações.

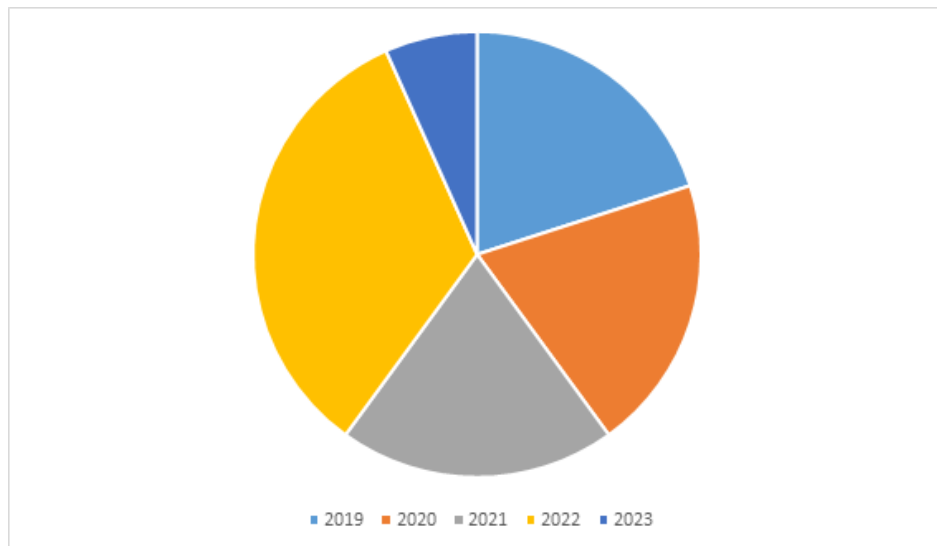
Gráfico 1 – Denominação das Revistas com as publicações analisadas



Fonte: Os autores, 2024.

Com relação às publicações, há que se destacar que o ano de 2022 é o ano que concentra mais publicações relacionadas ao tema, ao menos nessa análise. O gráfico 2 mostra as publicações neste último quinquênio:

Gráfico 2 – Publicação de artigos



Fonte: Os autores, 2024.

Com relação às opções metodológicas, podemos afirmar que um artigo foi analisado quali e quantitativamente, por meio da estatística descritiva, enquanto a maioria dos artigos científicos foram analisados qualitativamente. Como técnica de coleta de dados, aparece como maioria, os estudos bibliográficos e documentais, seguidos por aqueles que se baseiam nos dados obtidos por meio de entrevistas.

Chama atenção nos artigos científicos analisados que, na maioria deles, há uma justificativa dos respectivos autores sobre a carência e em alguns casos de ausência de estudos nessa linha, que discutem a inclusão de alunos com deficiência no ensino superior. Matos e Dias (2017), Beltrão, Teixeira e Simas (2023) e Pereira *et al.* (2019), destacam que se percebe essas carências na difusão de investigações sobre a inclusão desse público no ensino superior. Fato que pode ser utilizado, também, como importante justificativa para a elaboração do presente estudo.

A partir da exploração dos artigos selecionados, e da leitura das partes principais dos textos, como título, resumo e considerações finais, optamos por apresentar nossa análise a partir de duas categorias. A primeira tem o propósito de apresentar discussões ligadas à educação especial e as bases conceituais e legais que norteiam a discussão. A segunda categoria tem o propósito de discutir os textos que trazem contribuições sobre os elementos da prática cotidiana e dividem experiências relacionadas à inclusão de alunos com deficiência no ensino superior.

Educação especial e as bases legais

Os avanços significativos no cenário da inclusão educacional no Brasil refletem um compromisso crescente com a promoção da equidade e da acessibilidade no sistema educacional. A implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em 2008, e a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão (Lei n.º 13.146/2015), representaram marcos importantes nessa trajetória. Essas iniciativas fortaleceram os fundamentos legais e institucionais para garantir que todas as pessoas, independentemente de suas capacidades ou limitações, tenham acesso igualitário à educação. No entanto, é crucial reconhecer que os desafios persistem e que ainda há muito a ser feito para garantir uma verdadeira inclusão. A necessidade contínua de revisão e aprimoramento das práticas educacionais e sociais são essenciais para garantir que cada indivíduo possa exercer plenamente seus direitos e contribuir de maneira significativa para o progresso coletivo. Somente através desse compromisso renovado e da implementação de políticas e práticas inclusivas pode-se consolidar uma sociedade onde a diversidade é valorizada e todos têm a oportunidade de prosperar.

A diversidade, a diferença e a identidade pessoal são elementos intrínsecos das sociedades modernas, podendo ser naturalizadas, cristalizadas e essencializadas. Nesse contexto, como aspectos inerentes à vida social, espera-se que o respeito e a tolerância em

relação à diversidade e à diferença sejam práticas comuns nas sociedades (Silva; Hall; Woodward, 2014, p. 73).

Em consonância com a compreensão da diversidade e da diferença como aspectos fundamentais das sociedades contemporâneas, é imprescindível que o respeito e a tolerância em relação à diversidade sejam não apenas reconhecidos, mas também praticados em todas as esferas da vida social. Em um mundo cada vez mais interconectado e multicultural, a valorização da diversidade não só enriquece as comunidades, mas também fortalece os laços sociais e promove um ambiente de convivência harmoniosa.

O reconhecimento da singularidade de cada indivíduo e o entendimento de que as diferenças são uma fonte de enriquecimento mútuo são elementos essenciais para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e solidária. Portanto, é fundamental que se promova ativamente o diálogo intercultural, a educação para a diversidade e o combate a todas as formas de discriminação, a fim de construir um futuro em que todos possam florescer em sua plenitude, independentemente de sua origem, cultura, identidade ou características pessoais. A identidade refere-se ao conceito de “quem sou eu”, como “sou negro”, “sou brasileiro”, “sou heterossexual”, “sou mulher”, “sou autista” (Silva; Hall; Woodward, 2014, p. 74).

A história tem revelado que a invisibilidade pode ser fatal e que a questão de “deixar viver ou deixar morrer” resulta da falta de políticas públicas inclusivas (Foucault, 2014). Grupos minoritários são frequentemente alvo de violências simbólicas, muitas vezes sutis e decorrentes de omissões, presentes em várias instituições, simplesmente por serem percebidos como diferentes da maioria (Bourdieu, 2021).

No contexto brasileiro, a Lei de Inclusão surge como um marco legislativo que visa promover a inclusão de pessoas com deficiência em diferentes esferas da sociedade. No entanto, apesar de seus objetivos nobres, argumenta-se que sua eficácia tem sido comprometida devido à falta de implementação adequada e fiscalização insuficiente. A ausência de medidas concretas para garantir acessibilidade e igualdade de oportunidades tem deixado muitos grupos à margem da sociedade, perpetuando assim a exclusão e a invisibilidade enfrentadas pelos indivíduos considerados diferentes da norma social. Portanto, é fundamental uma análise crítica das políticas de inclusão para identificar lacunas e buscar soluções que promovam uma verdadeira inclusão e respeito à diversidade.

Além da Lei de Inclusão, a legislação brasileira também aborda especificamente a inclusão de pessoas com deficiência no contexto universitário. A LDB estabelece que é dever das instituições de ensino superior promoverem a inclusão de alunos com deficiência,

garantindo-lhes condições adequadas de acesso, permanência e participação nos cursos oferecidos. Além disso, o Decreto n.º 9.034/2017 regulamenta a acessibilidade digital nas instituições de ensino superior, exigindo a disponibilização de recursos tecnológicos e pedagógicos que garantam o acesso pleno aos conteúdos acadêmicos por parte dos estudantes com deficiência. Essas legislações representam importantes avanços na promoção da inclusão e garantia de direitos para as pessoas com deficiência no ambiente universitário brasileiro, porém, ainda é necessário um esforço contínuo para garantir sua efetiva implementação e fiscalização, visando assegurar uma educação superior verdadeiramente inclusiva e acessível a todos.

Em suma, as legislações brasileiras sobre inclusão de pessoas com deficiência nas universidades representam um importante marco na promoção da igualdade de oportunidades e acesso ao ensino superior. No entanto, é fundamental reconhecer que a eficácia dessas leis depende não apenas de sua existência, mas também de sua implementação efetiva e fiscalização adequada. Portanto, é necessário um compromisso contínuo por parte das instituições de ensino, do poder público e da sociedade como um todo para garantir que todas as medidas necessárias sejam tomadas para promover uma educação superior verdadeiramente inclusiva e acessível. Somente assim poderemos construir um ambiente universitário onde todos os estudantes, independentemente da sua condição, tenham a oportunidade de desenvolver seu pleno potencial acadêmico e contribuir de forma significativa para o progresso coletivo.

Educação especial na perspectiva inclusiva, elementos que discutem a prática cotidiana

O texto produzido por Matos e Dias (2017) reconhece que, a partir da década de 1990, os direitos sociais e educacionais das pessoas com deficiência passaram a obter maior representatividade no cenário nacional e internacional. Ao traçar a trajetória das políticas públicas voltadas para a inclusão de alunos com deficiência no ensino superior, os autores destacam que, embora essas ações tenham sido significativas, ainda são insuficientes para garantir a permanência e a conclusão dos cursos.

O estudo de Matos e Dias (2017) evidencia uma mudança substancial no reconhecimento dos direitos sociais e educacionais das pessoas com deficiência desde a década de 1990. Contudo, conforme discutido pelos autores, mesmo com os avanços obtidos, persistem desafios notáveis. A questão da permanência e conclusão dos cursos de graduação para esses alunos se destaca como uma área crítica que necessita de atenção e intervenções específicas.

Essa análise sublinha a importância de continuar revisando e aprimorando as políticas e práticas educacionais, para assegurar que todos os estudantes, independentemente de suas necessidades ou características individuais, tenham oportunidades equitativas de acesso e sucesso na educação superior.

Embora o foco principal do texto esteja relacionado às questões da prática da intervenção psicopedagógica no ensino superior, os autores argumentam que essa intervenção, quando realizada em parceria com o atendimento educacional especializado, pode significativamente contribuir para o desenvolvimento do processo de aprendizagem. Segundo os autores, a utilização de métodos, instrumentos e técnicas adequadas da psicopedagogia possibilita a implementação de medidas permanentes de suporte a esse público. Além disso, os autores destacam que:

Para incluir, a deficiência não pode ser encarada como uma incapacidade de aprender e impossibilidade de crescimento pessoal, e sim nas possibilidades de aprender e valorizar potencialidades que logo são alçadas pelas adaptações do docente e equipe interdisciplinar (Matos; Dias, 2017, p. 363).

Em continuidade, outro texto que aborda questões práticas relacionadas ao processo de inclusão de alunos com deficiência no contexto do ensino superior refere-se ao estudo que teve como objetivo traçar um perfil desses estudantes com deficiência, utilizando como fonte os dados de matrículas de alunos por meio do Censo da educação superior. Organizado por Beltrão, Teixeira e Simas (2023), a pesquisa aponta um perfil diferente dos estudantes com deficiência em relação aos demais, principalmente com relação à distribuição por sexo, idade média, escolha de curso/área. A análise dos autores destaca uma relação de interesse por parte dos estudantes para as instituições que ofereciam algum tipo de tecnologia que os assista ou outras condições específicas de acessibilidade.

Isso evidencia a importância crucial de garantir um ambiente inclusivo e acessível no ensino superior, não apenas para atender às demandas dos estudantes com deficiência, mas também para promover a igualdade de oportunidades e o pleno desenvolvimento acadêmico de todos os alunos. A pesquisa oferece *insights* valiosos que podem informar políticas e práticas educacionais voltadas para a promoção da inclusão e do sucesso dos estudantes com deficiência no ensino superior.

Há que se registrar que ao analisar o perfil dos estudantes, os pesquisadores indicam que o maior número de estudantes com deficiência é do tipo física, seguido de baixa visão. E complementam afirmando:

[...] o contingente total de estudantes com deficiência mais que dobrou no período, com taxa média de crescimento de 9,0% a.a. embora seu percentual no ensino superior ainda seja bastante reduzido em relação ao total de alunos. A tendência de crescimento no período mostra que o processo de inclusão no Ensino Superior ainda está começando (Beltrão; Teixeira; Simas, 2023, p. 01).

Na mesma direção, os estudos de Pereira *et al.* (2020), problematizam questões relacionadas à acessibilidade arquitetônica e acessibilidade metodológica. Por meio de questionários, os estudantes com deficiência tiveram voz para indicar sugestões acerca da realidade vivenciada na instituição em que estudam. Com relação à acessibilidade arquitetônica, os estudantes indicaram como essencial a instalação de elevadores com áudio, bebedouros, banheiros e até caminhos adaptados. Com relação à acessibilidade metodológica, os estudantes indicaram a necessidade de maior investimento na qualificação dos professores em relação ao processo de ensino e aprendizagem inclusivo.

Ainda com relação a esse estudo, os próprios alunos percebem que os professores diversificam pouco as estratégias de aprendizagem e dificilmente consideram as especificidades para cada necessidade especial. Há que se destacar que essas questões relacionadas à qualificação profissional para atuação no processo de inclusão no ensino superior foram discutidas por Silva, Cymrot e D'Antino (2012, p. 667) e já apontavam, há mais de uma década, problemáticas semelhantes. Esses autores destacam a “necessidade de se instituir um serviço de apoio à comunidade que possa congrega as ações existentes, mas que se encontram dispersas, em especial aquelas relativas à inclusão social baseada em atitudes favoráveis à diversidade humana” (Silva; Cymrot; D'Antino, 2012, p. 667).

Além disso, é essencial ressaltar que a qualificação dos professores desempenha um papel central na promoção da inclusão no ensino superior. Como indicado pelos estudos de Pereira *et al.* (2020), os alunos destacaram a necessidade de uma maior diversificação das estratégias de ensino, bem como uma consideração mais cuidadosa das especificidades de cada necessidade especial. Isso sublinha a importância de programas de capacitação contínua para os educadores, visando equipá-los com as habilidades e conhecimentos necessários para atender às diversas necessidades dos alunos com deficiência. Além disso, é fundamental que as instituições de ensino estabeleçam serviços de apoio eficazes, que possam coordenar e consolidar as diferentes iniciativas relacionadas à inclusão, proporcionando um ambiente de suporte abrangente para os estudantes com deficiência. Ao abordar essas questões de forma integrada e abrangente, podemos avançar em direção a um ensino superior verdadeiramente

inclusivo, onde todos os alunos tenham a oportunidade de alcançar seu pleno potencial acadêmico e pessoal.

Outro ponto que vai ao encontro das discussões apresentadas por Matos e Dias (2017), relacionadas à disponibilização de atendimento especializado, é igualmente relatada nesse estudo, quando os próprios alunos com deficiência problematizam que, para “garantir a permanência na instituição, cada faculdade deve disponibilizar um serviço e/ou núcleo de apoio tanto acadêmico quanto psicológico” (Pereira *et al.*, 2020, p. 394), o que vai auxiliar nas dificuldades enfrentadas no contexto universitário.

Ao analisar a representação e participação de estudantes com deficiência em universidades brasileiras nos últimos anos, em especial no último decênio, Cabral, Orlando, e Meletti, (2020), indicam que as políticas de inclusão tiveram impacto na expansão do acesso ao ensino superior no Brasil por conta das políticas públicas instituídas no país nos últimos anos, o que marcou o período de democratização do ensino superior no Brasil. Mas, embora reconhecendo esse avanço, advindo de um conjunto de políticas de inclusão, os autores atribuem uma análise crítica a partir das relações dialéticas de inclusão e exclusão. Uma vez que, na visão dos autores, “esses conceitos foram cooptados pelo discurso neoliberal e transformados em estratégias que visam a reparação de problemas estruturais do capitalismo sem promover mudanças sociais reais” (Cabral; Orlando; Meletti, 2020, p. 3).

Ao examinar o panorama da representação e participação de estudantes com deficiência nas universidades brasileiras, especialmente ao longo do último decênio, as análises conduzidas por Cabral, Orlando e Meletti (2020) ressaltam o impacto das políticas de inclusão na ampliação do acesso ao ensino superior no Brasil. A implementação de políticas públicas voltadas para a inclusão marcou um período crucial de democratização do ensino superior no país, refletindo um compromisso com a equidade educacional e a promoção da diversidade.

No entanto, embora reconheçam o progresso alcançado, os autores adotam uma abordagem crítica ao examinar as dinâmicas de inclusão e exclusão. Eles destacam como esses conceitos foram cooptados pelo discurso neoliberal, tornando-se estratégias que abordam superficialmente os problemas estruturais do capitalismo, sem efetuar mudanças sociais substanciais. Diante dessa análise crítica, é evidente a necessidade de uma abordagem mais holística e comprometida com a transformação social real, que vá além da mera retórica da inclusão e promova de fato a equidade e a justiça educacional para todos os estudantes, independentemente de suas capacidades ou condições. Somente através de políticas e práticas

educacionais verdadeiramente inclusivas e transformadoras podemos aspirar a uma sociedade mais justa e igualitária.

Em síntese, as análises de Cabral, Orlando e Meletti (2020) sobre a participação de estudantes com deficiência no ensino superior brasileiro destacam tanto os avanços quanto os desafios enfrentados no caminho da inclusão educacional. Enquanto as políticas de inclusão têm desempenhado um papel significativo na ampliação do acesso ao ensino superior e na promoção da diversidade, é crucial reconhecer que tais avanços são apenas parte de um processo contínuo de transformação.

A crítica fundamentada dos autores ressalta a importância de uma abordagem mais profunda e abrangente, que não apenas implique nas barreiras estruturais do sistema educacional, mas também promova mudanças sociais substanciais. Isso exige um compromisso renovado com a equidade, a justiça e a inclusão em todos os níveis da educação, bem como uma reflexão crítica sobre as políticas e práticas atuais. Somente através desse engajamento contínuo e da implementação de medidas concretas, podemos aspirar a um sistema educacional verdadeiramente inclusivo, onde todos os estudantes, independentemente de suas capacidades ou condições, tenham igualdade de oportunidades e possam realizar seu pleno potencial.

Considerações finais

Este estudo atendeu o objetivo de mapear as produções científicas relacionadas aos processos de inclusão educacional de pessoas com deficiência no ensino superior. Considerando os textos do tipo artigos científicos publicados nos últimos cinco anos, organizamos um Estado do Conhecimento sobre inclusão no ensino superior, o que proporcionou uma visão aprofundada do que está sendo estudado e discutido com relação a esse campo.

No que se refere às discussões sobre educação especial e às bases conceituais e legais que orientam o tema, observa-se a existência de material relevante que subsidia essas discussões. Em particular, o conjunto de legislações nacionais e internacionais, especialmente as de 2015 a 2017 e os anos subsequentes, justifica o recorte temporal dos últimos cinco anos. Além disso, as ações desenvolvidas nos contextos meso e micro, através de programas estaduais e municipais voltados para a inclusão na educação, oferecem um suporte significativo.

No que diz respeito aos textos que abordam a prática cotidiana e experiências relacionadas à inclusão de alunos com deficiência no ensino superior, é evidente que os direitos

sociais e educacionais das pessoas com deficiência têm ganhado representatividade no cenário nacional, em grande parte devido às políticas públicas direcionadas a esse tema. No entanto, mesmo com a evolução legislativa registrada, persistem desafios no cotidiano, como a carência de formação adequada para professores envolvidos no processo inclusivo e a necessidade de espaços que assegurem a aplicação efetiva da intervenção psicopedagógica no ensino superior.

Compreende-se, portanto, que as discussões sobre inclusão na educação básica e, especialmente, no ensino superior são relativamente recentes. Contudo, quando essas discussões se referem às práticas de inclusão, particularmente no que tange aos aspectos metodológicos e às ações dos professores, a falta de tradição no campo da educação torna-se ainda mais evidente. Com o crescimento exponencial do número de alunos com deficiência no ensino superior, torna-se cada vez mais importante e necessário abordar essa questão, especialmente considerando que se trata de um direito constitucional.

REFERÊNCIAS

- BELTRÃO, K. I.; Teixeira, M. de P.; SIMAS, H. S. Inclusion of students with disabilities in Brazilian tertiary Education. **Ensaio: Avaliação E Políticas Públicas Em Educação**, [S. l.], v. 31, n. 120, e0234164, 2023. DOI: 10.1590/S0104-40362023003104164.
- BORDIEU, P. **Razões e práticas**: sobre a teoria de Ação. Tradução: Mariza Correia. Campinas, SP: [s. n.], 2021.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 fev. 2024.
- BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: MEC, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm. Acesso em: 4 jan. 2024.
- BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidente da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 4 jan. 2024.
- CABRAL, V. N. de.; ORLANDO, R. M.; MELETTI, S. M. F. O Retrato da Exclusão nas Universidades Brasileiras: os limites da inclusão. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 45, n. 4, e105412, 2020. DOI: 10.1590/2175-6236105412.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

MATOS, F. DIAS, R. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2017.

PEREIRA, R. R.; FACIOLA, R.A.; PONTES, F. A. R.; SILVA, S. S. da C. Alunos com Deficiência na Universidade Federal do Pará: Dificuldades e Sugestões de Melhoramento. **Revista Brasileira de Educação Especial**, [S. l.], v. 26, n. 3, p. 387–402, jul. 2020. DOI: DOI: 10.1590/1980-54702020v26e0087.

PEREIRA, R. R.; SILVA, S.S. da C.; FACIOLA, R. A.; PONTES, F. A. R.; RAMOS, M. F. H.; RAMOS, E. M. L. S. Estresse e Características Resilientes em Alunos com Deficiência e TFE na UFPA. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [S. l.], v. 39, e180093, 2019. DOI: DOI: 10.1590/1982-3703003180093.

SANTOS, M. A. R. dos.; SANTOS, C. A. F. dos.; SERIQUE, N. P.; LIMA, R. R. Estado da arte: aspectos históricos e fundamentos teórico-metodológicos. **Revista Pesquisa Qualitativa**, [S. l.], v. 8, n. 17, ago. 2020. DOI: 10.33361/RPQ.2020.v.8.n.17.215.

SILVA, A. M.; CYMROT, R.; D'ANTINO, M. E. F. Demandas de docentes do ensino superior para a formação de alunos com deficiência. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, [S. l.], v. 93, n. 235, p. 667-697, set. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/sC6nPJRJvjG9KCJdDYzWZPd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 fev. 2024.

SILVA, A. P. P. N. da; SOUZA, R. T. de; VASCONCELLOS, V. M. R. de. O Estado da Arte ou o Estado do Conhecimento. **Educação. Porto Alegre**, Porto Alegre, v. 43, n. 3, e37452, set. 2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-25822020000300005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 4 abr. 2024.

SILVA, T. T. da; HALL, S.; WOODWARD, K. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CRediT Author Statement

Reconhecimentos: Não aplicável.

Financiamento: Não aplicável.

Conflitos de interesse: Não há conflitos de interesse.

Aprovação ética: Não aplicável.

Disponibilidade de dados e material: Sim. Considerando ser uma pesquisa bibliográfica de pesquisa em artigos publicados na SciELO e portando os dados, migra-se para uma pesquisa quantitativa, com a referência dos descritores pesquisados e o recorte temporal, é possível encontrar os materiais e dados aqui utilizados, por serem públicos e de acesso gratuito.

Contribuições dos autores: Todos os autores da obra são professores e/ou estão ligados à gestão educacional no ensino superior. À primeira autora, por sua expertise e conhecimento concreto, foi a precursora do trabalho identificando o material, dados e interpretações dos materiais obtidos. O segundo autor, doutorando e aluno da primeira autora, tem-se a coligação de interesses, principalmente por ser professor da rede básica de ensino e de ensino superior, pesquisador em imagem corporal e inclusão. Com relação à terceira autora, esta professora do ensino superior, na área jurídica, e supervisora de estágio supervisionado em escritório modelo, surgindo assim, a necessidade de compreensão da temática, orientação e elaboração das descrições legais, bem como na interpretação. Com relação ao quarto autor, este professor e gestor de instituição de ensino técnico e superior, se amolda à temática, entrelaçando as áreas de preocupação e de conhecimento entre todos os autores, que contribuíram com objetivos a serem traçados e revisão de conteúdo.

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.

Revisão, formatação, normalização e tradução.

